



São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014

**Novas Perspectivas  
na Pesquisa Contábil**

**Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o Income  
Smoothing às filiadas do SICREDI**

**JOSÉ MARCOS DA SILVA JÚNIOR**  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

**VALÉRIA GAMA FULLY BRESSAN**  
*Universidade Federal de Minas Gerais*

## **Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o Income Smoothing às filiadas do SICREDI<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

Este trabalho explorou a prática de gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI). O tema de gerenciamento de resultado, ou *earning management*, se apresenta eminente tanto na literatura internacional quanto na nacional, e se mostra ainda mais sensível no caso das instituições financeiras, já que o gerenciamento de resultados nestas pode impactar negativamente toda a estrutura do sistema financeiro. Esta pesquisa tratou especificamente de verificar a existência de gerenciamento de resultados através de *income smoothing*, que consiste em suavizar os picos e vales históricos na série de resultados das instituições, objetivando reduzir a volatilidade dos retornos da companhia, de modo a esconder ganhos em períodos mais rentáveis e os apresentar em épocas menos rentáveis, nas cooperativas de crédito em questão. A base de dados consiste em um painel desbalanceado com observações de 149 cooperativas de crédito vinculadas ao Sicredi, no período entre o primeiro semestre de 2001 e o segundo semestre de 2011, e foram fornecidos pelo Banco Central do Brasil. O modelo foi estimado via regressão múltipla com dados em painel, e utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis, considerando as correções para os problemas de heterocedasticidade e autocorrelação. Os resultados encontrados corroboram a hipótese de que as instituições financeiras analisadas utilizam da discricionariedade contábil para suavizar os resultados, uma vez que o resultado antes das despesas líquidas de provisões apresentou sinal positivo e estatisticamente significativo para explicar as variações na variável dependente, despesas líquidas com provisões para perdas em operações de crédito, no período analisado. Resultado este condizente com o que foi encontrado por Maia et. al. (2013) para as cooperativas de crédito filiadas ao Sistema das Cooperativas de Crédito no Brasil (Sicoob) no mesmo período de análise.

**Palavras-chave:** Gerenciamento de resultados; Income Smoothing, cooperativas de crédito; Sicredi, dados em painel.

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem o financiamento concedido pelo CNPq e pelo Programa de Auxílio à Pesquisa de Doutores Recém-Contratados da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais para a realização desta pesquisa.

## 1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito é um importante instrumento de inclusão no sistema financeiro, já consolidado no ambiente internacional e com crescimento significativo no Brasil (BRESSAN, 2009). Além de possuir relevante papel no cenário econômico do país, desempenha importante papel social, ao efetuar a intermediação financeira entre os membros, que proveem tanto a demanda quanto a oferta de recursos.

O tema de gerenciamento de resultado, ou *earning management*, se apresenta eminente tanto na literatura internacional quanto na nacional, e segundo Maia et. al. (2013) esta temática tem grande importância no que diz respeito às instituições financeiras. Evidências de que os grandes bancos atuantes no Brasil gerenciam seus resultados contábeis foram encontradas por Goulart (2007), que salienta ainda, no caso de instituições financeiras, que o gerenciamento de resultados pode impactar negativamente toda a estrutura do sistema financeiro.

De acordo com o Portal de Cooperativismo de Crédito, em dezembro de 2012 o Brasil possuía 1.214 Cooperativas de Crédito, 38 Centrais Estaduais e 04 Confederações, sendo alicerçado basicamente em 05 sistemas de crédito, sejam eles, SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil), SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo), UNICRED (Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's), CECRED (Sistema Cooperativo de Crédito Urbano), e CONFESOL (Sistema Cooperativo de Economia Solidária), representando as centrais Cresol (Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária), Ecosol (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário) e Crehnor (Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária).

O presente estudo pretende então contribuir para a discussão da temática do gerenciamento de resultados aplicada às cooperativas de crédito brasileiras filiadas ao SICREDI, como proposto por Maia et al (2013). Este sistema, conforme dados divulgados no Portal do Cooperativismo de Crédito, é composto por um banco cooperativo, uma confederação, cinco cooperativas centrais localizadas no Rio Grande do Sul/Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Brasil Central (Mato Grosso do Sul), e São Paulo e 119 cooperativas singulares, com 1170 pontos de atendimento.

Ainda sobre o sistema SICREDI, os dados sinalizam um crescimento no número de associados de 12% em 2010 em relação a 2009, que totalizou 1,755 milhão de associados. As operações de crédito e os depósitos totais cresceram 17% e 27%, respectivamente, no mesmo período, sendo R\$ 11,9 bilhões em operações de crédito, e R\$ 13 bilhões em depósitos totais. O patrimônio líquido cresceu 24%, no mesmo período, somando R\$ 2,755 bilhões, e as Sobras no ano de 2010 foi de R\$ 301 milhões, o que representou um crescimento de 13% em relação a 2009. (SICREDI, 2012; DADOS CONSOLIDADOS, 2010).

No âmbito internacional, estudos como o de Hillier et al. (2008) e Brown e Davis (2008) abordaram a questão de práticas de gerenciamento de resultados aplicadas às cooperativas de crédito australianas. Os autores encontraram resultados divergentes no que tange à conclusão a respeito da utilização, por parte das instituições financeiras, de práticas contábeis para gerenciamento de resultados.

Um aspecto específico da realidade brasileira, conforme é exposto por Maia et al. (2013), é que as cooperativas de crédito não têm acesso à captação de recursos via mercado de ações, entretanto a adequação mínima de capital prevista na legislação vigente pode ser fator motivacional para a prática de gerenciamento de resultados, já que o capital social das cooperativas de crédito é formado essencialmente por quotas-partes dos associados.

As cooperativas de crédito têm, ainda, o seu desempenho econômico perante o quadro social como tema sensível e, de acordo com Maia et. al. (2013), este desempenho pode resumir para o associado à eficiência dos gestores e da própria instituição financeira, para a qual a credibilidade é essencial. Resultados negativos ou que oscilam muito podem denotar situação de risco.

As cooperativas de crédito poderiam ser levadas também a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos, ou a evitar reportar perdas, ainda que dentro da legislação, mas fazendo uso da discricionariedade sobre certas contas contábeis para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico. Conforme Ventura *et al.* (2009), o instituto da distribuição das sobras líquidas do exercício pelas cooperativas contribui para gerar pressões internas por eficiência e orientação pela maximização do resultado econômico. Isso se dá, segundo os autores, por haver apropriação do resultado positivo pelo associado, de forma individual.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho foi verificar se há ocorrência de práticas de gerenciamento de resultados contábeis, especificamente com a utilização da técnica de *income smoothing*, em cooperativas de crédito no Brasil vinculadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e teve-se como base o intervalo temporal compreendido entre o primeiro semestre de 2001 e o segundo de 2011. Desta forma, a amostra compreenderá o sistema com maior representatividade relativa ao número de cooperativas de crédito, em termos do volume de operações de crédito e total de depósitos em atuação no país.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma. A seção 2 apresenta uma revisão da literatura sobre estudos que tratam de gerenciamento de resultados e sua relação com cooperativas de crédito. A seção 3 apresenta o modelo analítico e a seção 4 descreve a amostra e a fonte dos dados. A seção 5 analisa os resultados obtidos e a seção 6 apresenta as considerações finais.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Cooperativismo de Crédito**

O Cooperativismo teve sua origem no século XIX, na cidade de Rochdale na Inglaterra, fomentado pelo ambiente de trabalho adverso da segunda fase da Revolução Industrial. Nesta época, tecelões organizaram-se em cooperativa, como forma de alterarem sua perspectiva de inserção econômica (PESAVENTO, 2010).

Maia et. al. (2013) relatam que a história do cooperativismo de crédito no Brasil data de 1902, corroborado pelos dados do Sicredi, que apresenta a data da constituição da primeira cooperativa de crédito brasileira em 28 de dezembro de 1902, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, atual Sicredi Pioneira RS.

Deste tempo em diante, o segmento sofreu alterações, como a regulamentação pela lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo, instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, e determinou outras providências favorecendo o crescimento e consolidação do mesmo.

Em 17 de abril de 2009 foi sancionada a Lei Complementar nº 130, que dispõe sobre o sistema nacional de cooperativismo de crédito, o atualizando. Em 2010, a resolução 3.859 alterou e consolidou as normas relativas à constituição e ao funcionamento de cooperativas de crédito.

As cooperativas de crédito são definidas por Bressan (2009) como organizações que prestam serviços financeiros aos associados, que proveem tanto a demanda quanto a oferta de fundos, devendo a cooperativa de crédito fazer a intermediação entre os seus cooperados (BRESSAN e BRAGA, 2006), e por isso são instituições importantes para o desenvolvimento de muitos países.

Ventura *et al.* (2009) explicita ainda que as cooperativas contribuem para o desenvolvimento do local onde estão instaladas, além de beneficiar seus associados. Revela ainda que este benefício é gerado devido ao aumento da oferta de crédito e de outros serviços financeiros, além da simplificação e flexibilização nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação destas operações.

Francisco *et al.* (2012) afirmam que a essência da atuação das cooperativas de crédito é a intermediação financeira entre os recursos captados e os recursos liberados. Ressaltam ainda que os recursos liberados por meio da modalidade de concessão de crédito aos seus cooperados constituem a sua principal fonte de receita, conseqüentemente, de geração de resultados positivos.

Entretanto, considerando que os usuários de tais serviços são também os cooperados, proprietários dos direitos residuais sobre seus fluxos financeiros e sobre seus ativos (BARROSO *et al.* 2010), elas não maximizam seus resultados da mesma forma que os bancos, devendo ter condições de oferecer tais serviços de forma vantajosa.

Além das exigências legais da Lei nº 5.764/1971, Lei Complementar nº 130/2009, e da Resolução 3.859/2010, outro fator crítico para as cooperativas de crédito é seu desempenho econômico perante o quadro social, que pode ser mensurado pela existência da distribuição de sobras do exercício, que são apropriadas pelos associados, de forma individual. Neste sentido, a questão do resultado para as cooperativas é um tema sensível, podendo resumir para o associado à eficiência dos gestores e da própria instituição financeira, para a qual a credibilidade é vital.

Resultados negativos ou que oscilam muito podem denotar situação de risco perante o quadro social, passando uma ideia de ineficiência e até mesmo de insegurança aos associados, que são, na verdade, os donos da cooperativa. Por estas razões, as cooperativas de crédito poderiam ser levadas também a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos (*income smoothing*), ou a evitar reportar perdas, ainda que dentro da legislação, mas fazendo uso da discricionariedade sobre certas contas contábeis para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico.

## **2.2. Gerenciamento de Resultados e Accruals**

O gerenciamento de resultados é um tema eminente de estudos no Brasil. A origem das investigações sobre o assunto tem fundamento na necessidade de se identificar se as escolhas contábeis, que são delegadas aos gestores pela regulamentação, são utilizadas de modo a se obter resultados que não representem verdadeiramente a condição financeira e patrimonial da organização (RONEN e YAARI, 2010)

A possibilidade de aumento do valor das firmas e da maximização da função de utilidade dos gestores cria incentivos para que as práticas descritas sejam utilizadas. Sua adoção pode representar um benefício para a organização e credores, dada a amenização dos riscos, representados pela volatilidade dos resultados, mas também um malefício caso as informações reportadas no curto prazo não se aproximem dos resultados da empresa no horizonte de longo prazo (HEALEY e WAHLEN, 1999).

O gerenciamento de resultados é definido de uma forma mais ampla por Ronen e Yaari (2010, p. 27) como a coleção de decisões da gerência que resulta em não expor a veracidade dos fatos, mas maximiza o valor dos ganhos como é conhecido pela administração e contabilidade. Ainda segundo os autores, tais gerenciamentos podem ser: benéficos, se tem validade no longo prazo; neutros, se revelam os resultados no curto prazo; e malignos se não revela nem a realidade de longo prazo nem a de curto prazo. O gerenciamento de resultados resulta de tomar decisões sobre produções e/ou investimentos antes dos resultados

acontecerem, ou de fazer escolhas contábeis que afetam os ganhos e suas interpretações após os verdadeiros valores serem conhecidos.

Segundo Healey e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam julgamentos nos lançamentos contábeis e estruturam transações para alterar os relatórios, de maneira a enganar os investidores sobre o real desempenho econômico da companhia, ou de modo a influenciar a resposta de contratos que dependem dos resultados apresentados nestes relatórios. Martinez (2001) define que alguns setores, principalmente o financeiro e o de seguros, podem possuir mais incentivos que outros para práticas de gerenciamento.

Matsumoto e Parreira (2007), por sua vez, afirmam que uma das principais causas que levam os gestores a praticarem o gerenciamento de resultados é o fato de os Princípios Contábeis não alcançarem todas as situações e incentivos que os gestores podem obter, não representando esta prática, portanto, fraude.

No Brasil, conforme é explorado por Rodrigues et. al. (2007), o gerenciamento de resultados é encarado como um conjunto de práticas utilizado por contadores e gestores que objetivam alcançar determinado resultado contábil, e são caracterizadas como alterações que não extrapolam os limites legais vigentes no país.

Não necessariamente a utilização da ferramenta decorre do manejo de contas das demonstrações contábeis de resultado, podendo também ser consequência de decisões e atos impactantes diretamente nos fluxos de caixa das empresas, conforme afirmado por Martinez (2001, p. 13).

Gunny (2005) aponta três tipologias de gerenciamento de resultados, a citar: contabilidade fraudulenta, envolvendo a violação das normas legais; gerenciamento de *accruals*, envolvendo as acumulações e gerenciamento de resultados reais; e outra envolvendo ações discricionárias dos gestores. A maioria dos conceitos existentes na literatura, entretanto, não corrobora com a primeira definição do autor, ao determinarem que o gerenciamento não deva ser confundido com fraude.

Segundo Coffee (2003), o gerenciamento de resultados se caracteriza como um jogo de suavização dos picos e vales históricos na série de resultados da empresa, objetivando reduzir a volatilidade dos retornos da companhia, de modo a esconder ganhos em períodos mais rentáveis e os apresentar em épocas menos rentáveis. Essa estratégia, conhecida como *Income Smoothing*, é o objetivo de estudo deste trabalho.

A técnica de *Income Smoothing* é caracterizada por Ronen e Yaari (2010) como real ou artificial. A do tipo real se manifesta nas ocasiões de tomada de decisões de produção e de investimentos que resultam na diminuição, de fato, da variabilidade dos resultados obtidos. A técnica artificial, entretanto, é atrelada exclusivamente às decisões contábeis tomadas pela empresa sem nenhuma ação real correspondente, e é também o foco deste estudo.

A estratégia conhecida como *taking a bath* ou *big bath accounting* é aquela em que a companhia manipula os seus resultados para fazer com que resultados ruins pareçam ainda piores. Segundo Goulart (2007) este é comumente implementado em um ano de dificuldades na empresa para ressaltar, mesmo que artificialmente, os resultados dos anos subsequentes.

Uma possível motivação para os gestores aderirem à estratégia, está no fato de que tal prática pode gerar bônus salariais extras aos mesmos nos anos seguintes a sua execução. Tal estratégia é frequentemente utilizada também por novos *CEOs*, dado que estes podem culpar o mau desempenho do período à gestão anterior, se apropriando do mérito por melhorias futuras nos resultados.

Outra estratégia citada por Goulart (2007) diz respeito à motivação de gestores para utilizar sua discricionariedade, com o objetivo de alcançar metas de resultados que não

tenham sido alcançadas. O autor exemplifica metas como: nível de lucro necessário para que executivos obtenham bônus; nível de lucro esperado pelos analistas de mercado; e não reportar perdas.

Entre as motivações para tal prática, Goulart (2007) cita o interesse por parte das firmas em corresponder a determinados *benchmarks* de resultados do mercado, como evitar a divulgação de perdas, apresentar lucros trimestrais crescentes e atingir expectativas dos analistas de investimentos quanto aos resultados trimestrais.

De acordo com a definição internacional, a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido é conhecida como *accruals*. Tal situação ocorre devido às diferenças de apurações de acordo com os regimes contábeis de competência e caixa atribuídos aos itens, respectivamente. Ou seja, tais acumulações são consequência de contas de resultado que participam do cálculo do lucro, mas que não têm impacto no caixa.

Martinez (2001, p. 17) afirma ser necessário subdividir as acumulações em: discricionárias (*discretionary accruals*) e não discricionárias (*non discretionary accruals*). As do segundo tipo são consequências naturais da realidade do negócio, e as do primeiro tipo configuradas como artificiais e derivadas das tomadas de decisões dos gestores com o propósito de gerenciar o resultado contábil.

Martinez (2001, p. 45) cita ainda três formas metodológicas de detectar gerenciamento de resultados, que são: estudos com base na distribuição de frequências; estudos com base na análise de acumulações (*accruals*) específicas; e estudos com base no agregado das acumulações (*accruals*), buscando estimar as acumulações discricionárias.

#### **2.4. Evidências empíricas**

Martinez (2001) evidenciou que, no mercado de capitais brasileiro, as práticas de *earnings management* atraem investidores no curto prazo até que os mesmos identifiquem artificialidade dos resultados, prejudicando o desempenho futuro das ações. De acordo com Parfet (2000), as operações que afetam a contabilidade são práticas de *earnings management* que, sob a intervenção proposital do CEO sobre a performance operacional da firma, criam receitas artificiais ou estimativas além da razoabilidade.

##### **2.4.1. Gerenciamento em Instituições Financeiras**

Diversos autores têm investigado a presença de gerenciamento de resultados em instituições financeiras. Moyer (1990) analisou uma amostra de 142 bancos norte americanos entre 1981 e 1986, visando verificar a existência de incentivos de gestores de bancos a realizar ajustes contábeis quando o índice de capital se encontrava abaixo do mínimo regulamentar. O autor relacionou provisões para perdas em empréstimos, empréstimos baixados para prejuízo e o índice mínimo de capital.

Ahmed *et al.* (1999) agregou uma nova visão às pesquisas ao investigar a relação do gerenciamento tanto na perspectiva do *capital management* quanto do *earnings management*, concluindo que a gestão de capital superou a gestão de resultados quando analisado o período entre 1987 e 1990, e 1991 e 1995 em que houveram alterações nas exigências de mínimos de capital.

Visando desenvolver e validar um modelo de dois estágios para a identificação da discricionariedade das acumulações com títulos e valores mobiliários pelas instituições bancárias, Dantas *et al.* (2013) realizou uma análise dos bancos brasileiros entre o terceiro trimestre de 2002 e o quarto trimestre de 2010, e encontraram evidências que os bancos utilizaram da discricionariedade para gerenciar os seus respectivos resultados.

Goulart (2007) identificou evidências de que grandes bancos brasileiros utilizam a ferramenta de gerenciamento de resultados, avaliando 50 instituições financeiras brasileiras

entre junho de 2002 e dezembro de 2006 a partir de técnicas econométricas de correlação e regressão.

A partir da investigação do gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil entre 2000 e 2004, em 111 conglomerados financeiros em atuação no Sistema Financeiro Nacional, Zendersky (2005) encontrou resultados que lhe permitiram afirmar que os conglomerados financeiros analisados gerenciam os seus resultados contábeis por meio do componente discricionário das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Xavier (2007) verificou a existência de indícios de que os vinte maiores bancos brasileiros utilizam gerenciamento de resultados. Analisou se os bancos utilizaram ágio em investimentos em controladas e coligadas, operações com títulos e valores mobiliários, provisões para operações de crédito, ou passivos contingentes para gerenciar resultados. Dos 20 bancos estudados 04 não apresentaram indícios de gerenciamento em nenhuma das áreas e 01 apresentou indícios nas três áreas em que foram obtidos resultados conclusivos, exceto quanto aos passivos contingentes, para os quais as análises foram inconclusivas.

A seguir é apresentada na Tabela 1 uma síntese dos resultados dos autores que pesquisaram gerenciamento de resultados em instituições financeiras.

**Tabela 1: Compilação dos resultados dos autores que pesquisaram gerenciamento de resultados em instituições financeiras.**

<b>Autor</b>	<b>Evidências Empíricas</b>
Moyer (1990)	Verificou que ajustes na provisão para perdas em empréstimos foram utilizados para gerenciar os resultados.
Ahmed <i>et al.</i> (1999)	Encontraram fortes evidências de que as provisões são utilizadas para gerenciar o capital, adequando o índice dos bancos aos requisitos mínimos impostos pela regulamentação.
Zendersky (2005)	Mostrou que a relação entre o componente discricionário das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e o resultado antes da tributação e das provisões sobre as operações de créditos é estatisticamente significativa e direta.
Goulart (2007)	Expôs que a provisão para devedores duvidosos é um potencial instrumento para gerenciamento de resultados por parte dos bancos brasileiros.
Xavier (2007)	Concluiu que um dos bancos utilizou-se de ágio em investimentos em controladas e coligadas, 55% dos bancos apresentaram indícios da utilização das operações com títulos e valores mobiliários, e 30% dos bancos analisados apresentaram indícios do uso de provisões para operações de crédito para gerenciar seus resultados.
Dantas <i>et al.</i> (2013)	Confirmaram que os bancos brasileiros utilizam os resultados com TVM com o propósito de alisamento de resultados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

#### **2.4.2. Gerenciamento em Cooperativas de Crédito**

Na literatura internacional, estudos de Hillier *et al.* (2008) e Brown e Davis (2008) abordaram a questão da prática de gerenciamento de resultados aplicada às cooperativas de crédito australianas, e tratam especificamente da adequação de capital como elemento motivador para ocorrências de gerenciamento de resultados.

Hillier *et al.* (2008) utilizaram uma amostra composta por 137 cooperativas de crédito, representando quase a metade das 288 cooperativas em operação na Austrália, num período que abrange 31 trimestres entre julho de 1987 e dezembro de 1994. Os autores encontraram evidências de que, durante o período de 12 meses em torno da data que marca a introdução das regras de exigência de capital do *Australian Financial Institutions Code* (AFIC), as cooperativas em situação de risco empregaram estratégias de contabilidade para reduzir a

chance de serem colocadas sob supervisão. A estratégia mais frequentemente aplicada foi, segundo os autores, a contabilização discricionária da provisão para operações de crédito.

Brown e Davis (2008) utilizaram uma amostra de dados do período entre 1992 e 2004, também para cooperativas de crédito australianas, após implantação dos requisitos mínimos do índice de capital, e apontam que o retorno sobre ativos será maior em cooperativas de crédito com baixa proporção de capital. No entanto, o estudo indica que as cooperativas são capazes de lidar com seus membros de forma a aumentar sua rentabilidade para atingir as razões de capital exigidas, não sendo constatado o gerenciamento de resultados.

Os resultados encontrados por estes autores para a realidade do cooperativismo australiano foram divergentes no que se refere à conclusão a respeito da utilização, por parte das cooperativas de créditos, de práticas contábeis para gerenciamento de resultados.

No caso brasileiro, o trabalho de Maia et. al. (2013) é precursor sobre a temática de gerenciamento de resultados nas cooperativas brasileiras. O autor testou se as cooperativas de crédito vinculadas ao Sicoob utilizaram da discricionariedade contábil para gerenciar resultados, no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2001 e o terceiro trimestre de 2011.

Além do gerenciamento de resultados por suavização dos resultados, outras técnicas também são mencionadas por Maia et. al. (2013), como o gerenciamento de capital para adequação do patrimônio líquido da instituição financeira em relação aos riscos de seus ativos, de suas operações, bem como de outros riscos envolvendo suas operações e negociações. Essa adequação de capital é tratada internacionalmente pelos Acordos de Basileia e no Brasil, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil são responsáveis por normatizar as regras no país.

No que tange às cooperativas de crédito, especialmente as brasileiras, segundo Maia et. al. (2013), a divulgação de resultados negativos ou com grande variabilidade podem denotar situação de risco, remetendo uma ideia de ineficiência e até mesmo de insegurança aos associados das mesmas, que na verdade, são os donos da cooperativa. Por estas razões, as cooperativas de crédito poderiam ser motivadas a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmo, ou a evitar reportar perdas, fazendo uso da discricionariedade sobre certas decisões contábeis para evitar revelar uma situação de mau desempenho econômico-financeiro.

As cooperativas podem ser motivadas à prática do gerenciamento de resultados com a tentativa de redução da volatilidade dos resultados, aplicando-se a técnica de suavizar os resultados. Neste sentido, Maia et. al. (2013), encontraram evidências empíricas indicando que as cooperativas de crédito vinculadas ao Sicoob utilizam do gerenciamento de resultados na modalidade *income smoothing* para não reportar perdas, entretanto, refutaram a hipótese de pesquisa proposta para análise de gerenciamento de capital, concluindo que não há indícios que as cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob gerenciem para atingir a adequação de capital.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Caracterização da pesquisa**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica com abordagem quantitativa.

Para Andrade (2002), a pesquisa descritiva é aquela em que o pesquisador preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, não interferindo nestes. Neste sentido esta pesquisa buscou identificar a existência de evidências que corroboram a hipótese proposta por Maia et al. (2013), de que as cooperativas de crédito,

vinculadas neste caso ao SICREDI, utilizaram a discricionariedade contábil para gerenciar seus resultados sob a modalidade *income smoothing*, durante o período compreendido entre 2001 e 2011.

Segundo Beuren (2009) os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira que o pesquisador conduz o estudo, conseqüentemente, a fonte dos dados. Quanto aos procedimentos de coleta de dados para se atingir os objetivos deste estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizou-se do Modelo Clássico de Regressão Linear com Dados em Painel, que de acordo Richardson (1999), trata-se da modalidade de pesquisa caracterizada pelo emprego da quantificação desde a coleta dos dados, até a análise final por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais complexas.

### **3.2. Modelo analítico**

O modelo analítico aplicado no presente estudo segue os mesmos procedimentos utilizados por Maia et. al. (2013) para testar a suavização dos resultados, modelo este que se apresenta adaptado para o mercado brasileiro a partir daqueles propostos por Ahmed *et al.*(1999), com adaptações feitas por Santos (2007) e Bressan (2009) para a realidade do cooperativismo brasileiro.

A hipótese testada sob é que as cooperativas de crédito no Brasil fazem uso de práticas de gerenciamento de resultados na modalidade *Income Smoothing*. Para o teste da hipótese em questão estimou-se o seguinte modelo:

Em que:

VDLoc = Variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito, dividida pelo volume de operações de crédito no início do período;

LA = Variável binária para cooperativas do tipo “livre admissão”, assumindo valor 1 para as cooperativas de livre admissão e 0 caso contrário;

TA = Tempo de atividade em anos;

VOC = Variação no volume de operações de crédito;

IPCA = Índice de preços ao consumidor amplo;

SELIC = Variação da Taxa Selic no período;

PIB = Variações do PIB no período;

RNDoc = Resultado antes das despesas líquidas de provisões, dividido pelo total de operações de crédito para esta avaliação.

c = Componente de erro que indica o efeito individual específico não observável, que difere entre as cooperativas, e é invariante no tempo.

= Componente denominado erro “usual” da regressão, que varia entre as cooperativas e com o tempo.

Neste modelo o parâmetro da variável RNDoc estatisticamente significativo e com sinal positivo indicará que quanto maior o resultado não discricionário, maior tende ser a despesa líquida com provisões para operações de crédito, o que segundo Maia et. al. (2013) determinará a evidencia de pratica de suavização de resultados.

Maia et. al. (2013) utilizou o modelo acima para verificar indícios de que as cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob gerenciavam seus resultados na modalidade *income smoothing*. Em relação às variáveis de controle o autor encontrou problemas de multicolineariedade, e por isso utilizou somente a variável PIB, apresentado a justificativa de

ser a única com resultados estatísticos significativos. A fim de garantir o efeito de comparabilidade deste trabalho com o realizado por Maia et. al. (2013), o mesmo tratamento será dado às variáveis de controle e, portanto, o modelo estimado contará somente com a variável de controle PIB.

### **3.3. Procedimentos operacionais para estimação do modelo de dados em painel**

A estratégia utilizada para selecionar a melhor especificação consistiu em primeiro estimar o modelo *pooled*, que de acordo com Gujarati (2006, p.517), é a maneira mais simples de estimação, que desconsidera as dimensões tempo e espaço e utiliza modelos MQO. Em seguida prosseguiu-se com a estimação do modelo de efeitos fixos, via LSDV (*least squares dummy variables*), e utilizando-se do teste de Chow, avaliou-se a necessidade de se usar uma regressão de dados agrupados (*pooled*) ou de um modelo de efeitos fixos. Logo após, estimou-se o modelo de efeitos aleatórios, e através da estatística de teste do tipo multiplicador de Lagrange (teste LM) de Breusch-Pagan, testou-se qual dos modelos é mais apropriado para os dados, o modelo *pooled*, sob a hipótese nula da primazia do modelo de dados empilhados, em relação ao com efeitos aleatórios.

Prosseguiu-se então com a elaboração do teste de Hausman, que foi utilizado para selecionar qual dos modelos para dados em painel é o mais apropriado, sob a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente e eficiente, já que a heterogeneidade não está correlacionada com as variáveis explicativas e, portanto, se apresenta preferível se comparado ao modelo de efeitos fixos que não se apresenta eficiente.

Com a opção pelo modelo de efeitos fixos prosseguiu-se com a validação estatística do modelo via testes de heterocedasticidade de Wooldridge e autocorrelação serial de Wald, sugeridos por Gujarati (2006). Por fim, caso o modelo não se apresente homocedástico e sem autocorrelação serial, o modelo deve ser novamente estimado via FGLS (*Feasible generalized least squares*).

### **3.4. Amostra e fonte de dados**

O presente trabalho utiliza de um painel desbalanceado com observações de 149 cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi, a partir do primeiro semestre de 2001 até o segundo semestre de 2011. Os dados foram fornecidos pelo Banco Central do Brasil e, portanto, são confidenciais, e sua obtenção só é possível através do mesmo.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A tabela 2 remonta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nesta pesquisa referentes a 149 cooperativas de crédito vinculadas ao SICREDI, em 43 períodos trimestrais, entre o primeiro de 2001 e o terceiro de 2011.

**Tabela 2: Estatísticas Descritivas das Variáveis – Filiadas ao Sistema SICREDI, referente ao período entre o primeiro trimestre de 2001 e o terceiro trimestre de 2011.**

Estatística	VDLoc	VOC	TA	RNDoc
Mínimo	-1879,11	-1	4	0,01937
Máximo	0	63505,02	45	25653,41
Média	-0,83063	27,0769	22,2439	11,1848
Desvio Padrão.	37,03686	1281,932	9,5661	520,52
Coeficiente de Variação	-44,58859	47,3441	0,43010	46,5382

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na tabela 3 estão apresentados os resultados da estimação do modelo com dados em painel para avaliar se as cooperativas brasileiras do Sicredi suavizam os resultados através das



despesas líquidas de provisão para suavizar os resultados (Tabela 3). Este resultado converge para o encontrado por Maia et. al. (2013), que encontraram evidências para a utilização da suavização de resultados através das despesas líquidas de provisão, por parte das cooperativas brasileiras vinculadas ao Sicoob para suavizar os seus respectivos resultados. Ademais, este resultado vai ao encontro ainda, dos resultados apresentados por Goulart (2007), que verificou o efeito da suavização do resultado através das provisões para operações de crédito para as 50 maiores instituições brasileiras.

O coeficiente positivo e estatisticamente diferente de zero evidencia que as cooperativas de crédito filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo utilizaram da discricionariedade contábil, através das despesas líquidas de provisão, para o período em análise, para suavizar os seus respectivos resultados trimestrais.

A obrigatoriedade do envio dos resultados mensalmente ao BACEN, e o monitoramento das instituições financeiras pelo órgão, é citada por Maia et. al. (2013) como outro fator motivador para a prática do gerenciamento de resultados. Além disso, as cooperativas singulares possuem seus resultados também monitorados pelas cooperativas centrais e, sob esta ótica, torna-se evidente outra motivação para as cooperativas de crédito singulares não apresentarem grandes oscilações nos resultados, visto que a volatilidade nos resultados pode ser interpretada como situação de risco.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa investigou se há ocorrência de práticas de gerenciamento de resultados contábeis, em cooperativas de crédito no Brasil filiadas ao SICREDI no período entre 2001 e 2011, a partir de dados semestrais, utilizando o modelo de Regressão Linear Múltipla (MRLM) com dados em painel.

Os resultados encontrados para o teste da hipótese de gerenciamento de resultados na modalidade *income smoothing* apresentaram indícios de que as cooperativas do Sicedi utilizaram, no período estudado, as despesas líquidas de provisões para operações de crédito para suavizar os resultados, indicando que quanto maior o resultado antes das provisões para operações de crédito, maior tende a ser a variação nas despesas líquidas de provisão.

Este resultado coaduna com o que foi encontrado por Maia et. al. (2013) para as cooperativas filiadas ao Sistema das Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), no mesmo período de análise. O que permite constatar que os dois maiores sistemas de cooperativas de crédito brasileiras (Sicedi e Sicoob) utilizam da prática de gerenciamento de resultados na modalidade *income smoothing*.

Portanto, há evidências de que na ocorrência de resultados não discricionários mais altos, as cooperativas tendem a maximizar as provisões, e na ocorrência de resultados não discricionários mais baixos, elas tendem a minimizar as provisões, de tal forma que se evidencia a busca por uma menor variabilidade nos resultados, assim como encontrado por Maia et. al. (2013).

De acordo com Maia et. al. (2013), as cooperativas de crédito têm suas informações contábeis constantemente monitoradas tanto pelo Banco Central, quanto pelas cooperativas centrais, no caso das cooperativas singulares e, por tanto, a apresentação de resultados com pequenas oscilações é relevante para estas, já que a volatilidade nos mesmos pode indicar situação de risco.

A principal contribuição desta pesquisa, através da análise da hipótese utilizada, é o efeito comparativo entre os dois maiores sistemas de cooperativismo de crédito brasileiro. A não rejeição da hipótese de suavização de resultados confirma o resultado encontrado por Maia et. al. (2013) para as cooperativas vinculadas ao Sicoob, no mesmo período de análise, e

evidência que o resultado contábil, por seu caráter de indicador de desempenho, é uma variável de suma importância para as cooperativas de crédito. Segundo o autor ainda, apesar das cooperativas não serem instituições com fins lucrativos, tendem a ter nas sobras um indicador de solidez e credibilidade. As conclusões apresentadas no presente estudo reforçam as conclusões de Maia et. al. (2013), e para tanto, indicam que as cooperativas, ao reportarem seus resultados aos seus respectivos associados e supervisoras, as cooperativas centrais e o Banco Central do Brasil, os tratam com responsabilidade e cautela.

Os resultados encontrados são restritos, entretanto, às cooperativas filiadas ao Sicredi, e à modalidade *income smoothing*, e sugere-se, portanto, para novos estudos, a aplicação da análise de gerenciamento de resultados, sob suas outras modalidades, inclusive em todas as cooperativas de crédito brasileiras, pertencente também aos demais sistemas, como Unicred e Confessol, e mesmo com cooperativas de crédito não filiadas a algum sistema, chamadas independentes.

## 6. REFERÊNCIAS

- AHMED, A.S.; TAKEDA, C.; THOMAS, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. *Journal of Accounting & Economics*, v. 28, p. 1-25.
- AMARAL, I.C.; BRAGA, M. J. (2008). A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito de livre admissão: um estudo de caso. RCO – *Revista de Contabilidade e Organizações* – FEARP/USP, v. 2, n. 4, p. 126-147, set./dez. 2008.
- ANDRADE, M. M. (2002). *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BARROSO, M. F.G.; BIALOSKORSKI NETO, S. (2010) Distribuição de resultados em cooperativas de crédito rural no estado de São Paulo. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 12, n. 2, Mai/Ago. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/17.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2013.
- BEUREN, I M. (Org.) (2009) *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- BRESSAN, V.G.F. (2009). *Seguro depósito e Moral Hazard nas cooperativas de crédito brasileiras*. 2009. 371 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J. (2006). Perfil das cooperativas de crédito mútuo do estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 4, n. 4, p. 511-531.
- BROWN, C.; DAVIS, K. (2008) Capital management in mutual financial institutions. *Journal of Banking & Finance*, n 33, p 443-445.
- COFFE Jr., J C. (2003) *Failure and Reform: The challenge of fashioning relevant reforms*. Columbia Law School, working paper nº 237. Setembro.
- DADOS CONSOLIDADOS DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO (2010). Portal do Cooperativismo de Crédito. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/DadosConsolidados.html>>. Acesso em: 01 ago. 2012.
- DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R.; GALDI, F. C.; COSTA, F. M. (2013). Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelo de dois estágios. *Revista Contabilidade & Finanças* (Online), v. 24, p. 37-54.

- FRANCISCO, J. R. de S.; AMARAL, H. F.; BERTUCCI, L. A.(2012). Risco de crédito em cooperativas: Uma análise com base no perfil do cooperado. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul/dez .
- GOULART, A. M. C (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil*. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – FEA -USP, São Paulo.
- GUJARATI, D. N (2006). *Econometria Básica*. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- GUNNY, K.(2005). *What are the consequences of real earnings management?* University of California, working paper. Janeiro 2005. Disponível em: <[http://w4.stern.nyu.edu/accounting/docs/speaker\\_papers/spring2005/Gunny\\_paper.pdf](http://w4.stern.nyu.edu/accounting/docs/speaker_papers/spring2005/Gunny_paper.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- HILLIER, D.; HODGSON, A.; STEVENSON-CLARKE, P.; LHAOPADCHAN, S. (2008). Accounting Window Dressing and Template Regulation: A Case Study of the Australian Credit Union Industry. *Journal of Business Ethics*, , v.83 n° 3, p. 579-593.
- HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M..(1999) A review of the earnings management literature and its implications for standard settings. **Accountings Horizons**,13, 4 (Dezembro): 365-383.
- MAIA. S. C.; BRESSAN, V. G. F.; LAMOUNIER, W. M.; BRAGA, M. J. (2013). Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. *Brazilian Business Review*. Vitória, v.10, n.4, p.96-116, out.-dez. Disponível em: [http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/10\\_4/artigos/2mk6ml29bb13122013145826.pdf](http://www.bbronline.com.br/public/edicoes/10_4/artigos/2mk6ml29bb13122013145826.pdf) Acesso em: 11 fev. 2014.
- MATSUMOTO, A. S.; PARREIRA, E.M. (2007) Uma pesquisa sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis: causas e consequências. *UNB Contábil*, Brasília, vol. 10, no 1.
- MARTINEZ, A. L.(2001). “*Gerenciamento*” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), FEA-USP, São Paulo.
- MARTINEZ, A. L. (2008). Detectando Earnings Management no Brasil: Estimando os Accruals Discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, USP, São Paulo. V.19. n. 16. p. 7-17. Janeiro/AbriL.
- MOYER, S. E. (1990). Capital adequacy ratio regulations and accounting choices in commercial banks. *Journal of Accounting & Economics*, n. 13, p. 123-154.
- PARFET, W. U (2000). Accounting Subjectivity and Earnings Management: A Preparer Perspective. *Accounting Horizons*. v.14, Dec..
- PESAVENTO, F.(2010). *Cooperativas de Crédito no Brasil e o surgimento do Sicredi/ Sicredi*. Porto Alegre: Sicredi, 2010.
- RICHARDSON, R. J.(1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. Ed. São Paulo: Atlas.
- RODRIGUES, A.; PAULO, E.; CARVALHO, L. N.(2007). Gerenciamento de resultados por meio das transações entre companhias brasileiras interligadas. *RAUSP. Revista de Administração*, v. 42, p. 216-226.
- RONEM, J.; YAARI, V.(2010). *Earnings management: Emerging insights in theory, practice, and research*. 1. Ed. New York: Springer.
- SANTOS, E. C (2007). *Capital regulatório e gerenciamento de resultados nas instituições financeiras que atuam no Brasil*. Espírito Santo,. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória.
- SICREDI.(2012) *Portal do Cooperativismo de Crédito*. Disponível em: <http://www.cooperativismodecredito.com.br/SICREDI.html>. Acesso em: 01 ago. 2012.

**Novas Perspectivas  
na Pesquisa Contábil**

VENTURA, E. C. F. (Org) (2009). *Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito do Brasil*. Brasília: BCB. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

WARD, A.; MCKILLOP, D. G. (2005) An investigation into the link between UK credit union characteristics, location and their success. *Annals of Public and Cooperatives Economics*, vol. 76, n. 3, p. 461-489, Sep.

XAVIER, P. H. M.(2007). *Gerenciamento de resultados por bancos comerciais no Brasil..* Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-30012008-120921/>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

ZENDERSKY, H. C (2005). *Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil – 2000 a 2004*. Brasília,. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <[http://www.cca.unb.br/images/dissert\\_mest/mest\\_dissert\\_076.pdf](http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_076.pdf)>. Acesso em: 09 dez. 2013.